

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
BANCO JOHN DEERE

2025



BANCO
JOHN DEERE

Banco John Deere S.A.

Demonstrações Financeiras

Referente ao Semestre

Findo em 30 de junho de 2025

Relatório do auditor independente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - BANCO JOHN DEERE S.A.

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025 do Banco John Deere S.A. (“Banco”), acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente.

Resumo das Operações: O Banco John Deere S.A. mantém seu foco estratégico no financiamento de máquinas, equipamentos e peças da marca John Deere. No primeiro semestre de 2025, foram contratadas e liberadas novas operações de crédito no montante de R\$ 5,3 bilhões. O lucro líquido registrado no semestre foi de R\$ 56.046 mil, ativo total de R\$ 16.064.676 mil e o patrimônio líquido de R\$ 4.229.009 mil.

Aspectos Econômicos e de negócio: As condições econômicas no mercado global e industrial no qual o Banco opera podem afetar diretamente o negócio, bem como a confiança dos clientes em função de exposição cambial e volatilidade da moeda, preços das *commodities*, altas taxas de juros, inflação, condições climáticas, política e estabilidade social.

A taxa Selic permanece em patamar elevado e deve permanecer estável até o final de 2025, impactando o custo do crédito e exigindo maior seletividade nas decisões de financiamento. A moeda Real apresentou valorização nos últimos meses e a expectativa para o restante de 2025 é de relativa estabilidade ou leve valorização.

No agronegócio, as projeções indicam safra recorde para grãos como soja, milho (primeira safra) e algodão, sustentadas por condições climáticas favoráveis. Apesar do bom desempenho produtivo, observa-se uma demanda estável por máquinas e equipamentos, reflexo de ajustes no ciclo de investimentos e maior cautela na contratação de crédito.

O setor da construção civil e infraestrutura manteve-se estável no primeiro semestre de 2025, apesar das incertezas econômicas e do encarecimento do crédito e aumento dos custos operacionais. Ainda assim, mantém fundamentos sólidos no longo prazo, com perspectivas de retomada gradual conforme o ambiente macroeconômico se estabilize.

Aspectos Sociais: O Banco reconhece a importância do engajamento corporativo em ações de responsabilidade social, por essa razão, anualmente, destina parte de seu lucro, a projetos sociais que ajudam na redução da desigualdade social, democratização do acesso à Cultura, Educação e Esporte. Todo esse trabalho é desenvolvido através do Instituto John Deere, fundada em 2004, a qual é responsável por gerenciar os programas de desenvolvimento. Suas ações estão focadas aos seguintes pilares de atuação: Educação, Desenvolvimento de Comunidades e Combate à Fome. As doações aos projetos sociais ocorrem no segundo semestre de cada ano-calendário.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 4.968/21, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco mantém uma estrutura de gerenciamento integrada de riscos e gestão de capital. Em 30 de junho de 2025, os limites operacionais do Banco, que são apurados de forma consolidada, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

Ouvidoria: a missão da Ouvidoria é a de atuar como canal de comunicação entre o Banco John Deere S.A., seus clientes e os usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos, assegurando a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor.

Política de Distribuição de Resultados: O Banco observa rigorosamente os dispositivos legais e estatutários quanto à distribuição de resultados. Conforme previsto em seu Estatuto Social, a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio poderá ser realizada com base em balanços intermediários, mediante proposta do Conselho de Administração e aprovação pela Assembleia Geral. O Banco não possui acordo de acionistas relacionado à política de reinvestimento de lucros. Para o primeiro semestre de 2025, não houve distribuição de dividendos, onde o lucro apurado foi destinado a reserva de lucros.

DIRETORIA

BANCO JOHN DEERE S.A.

Balço Patrimonial

Para o semestre findo em 30 de junho de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>30.06.2025</u>
Disponibilidades	5	1.064
Relações interfinanceiras	5	1.011.894
Operações de Crédito	6	15.364.308
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6	(756.369)
Ativos Fiscais correntes e diferidos	14	366.561
Outros ativos	7	36.591
Imobilizado de uso	8	11.474
Depreciações Acumuladas	8	(5.509)
Intangível	8	63.514
Amortização Acumulada	8	(28.852)
TOTAL DO ATIVO		<u>16.064.676</u>
<u>PASSIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>30.06.2025</u>
<u>Passivos Financeiros</u>		
Depósitos	9	45.195
Instrumentos de Captação	10	2.703.016
Obrigações por empréstimos e repasses	11	8.785.571
Obrigações Fiscais e previdenciárias		149.616
Provisão de Passivos Contingentes	12	1.250
Outras obrigações	13	151.019
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	15	
Capital Social - de domiciliados no País		3.200.000
Reserva de Capital		500.323
Reservas de Lucros		526.231
Outros Resultados Abrangentes		2.455
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>16.064.676</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO JOHN DEERE S.A.

Demonstração do Resultado

Para o semestre findo em 30 de junho de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>30.06.2025</u>
RECEITAS INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.014.821
Operações de Crédito		880.324
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		90.353
Resultado de Variação Cambial		44.144
DESPEAS INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(820.251)
Operações de Captação no Mercado	10	(200.297)
Operações de Empréstimos e Repasses	11	(357.821)
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	6	(262.133)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		194.570
OUTRAS RECEITAS/(DESPEAS) OPERACIONAIS		(69.624)
DESPEAS ADMINISTRATIVAS	21	(45.644)
DESPEAS DE PESSOAL	19/20	(30.907)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	17	9.558
OUTRAS DESPEAS OPERACIONAIS	18	(2.631)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		124.946
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14	(68.900)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		56.046
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE POR AÇÕES R\$		0,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BANCO JOHN DEERE S.A.**

Demonstração do Resultado Abrangente

Para o semestre findo em 30 de junho de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>30.06.2025</u>
Lucro Líquido do semestre	<u>56.046</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes do semestre	<u><u>56.046</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO JOHN DEERE S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para o semestre findo em 30 de junho de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital Social Realizado	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros	Outros resultados	Total
SALDOS EM 31/12/2024		1.421.450	323	114.611	953.536	-	2.455	2.492.375
Ajustes Iniciais na Adoção da Resolução nº 4.966/21		-	-	-	298.967	-	-	298.967
SALDOS EM 01/01/2025		1.421.450	323	114.611	1.252.503	-	2.455	2.791.342
Aumento de capital	15a	1.778.550	500.000	-	(178.550)	-	-	2.100.00
Reversão de dividendos para reserva estatutária	15c	-	-	-	450	-	-	450
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	56.046	-	56.046
Dividendos	15c	-	-	-	(718.829)	-	-	(718.829)
SALDOS EM 30/06/2025		3.200.000	500.323	114.611	355.574	56.046	2.455	4.229.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO JOHN DEERE S.A.**Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto**

Para o semestre findo em 30 de junho de 2025. (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	30.06.2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	124.946
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos	438.847
Provisão benefício pós-emprego	282
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	3.075
Efeito de variação cambial	44.144
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	262.133
Depreciações e amortizações	4.267
(Aumento)/redução nas variações em ativos	1.887.432
Redução (aumento) em operações de crédito	1.760.180
Redução (aumento) em outros créditos	144.773
Redução (aumento) em outros valores e bens	307
Outros ativos	(17.828)
(Redução)/aumento nas variações em passivos	(3.184.794)
Aumento (redução) em depósitos	(431.108)
Aumento (redução) em obrigações por repasses	(1.307.285)
Juros pagos em obrigações por repasses	(191.379)
Aumento (redução) FNO e Obrigações por Repasses do Exterior	(830.449)
Aumento (redução) em emissão de títulos (letras financeiras)	(669.483)
Aumento em emissão de títulos (LCA)	168.510
Aumento (redução) em outras obrigações	101.259
Imposto de renda e contribuição social pagos	(24.859)
Atividades operacionais	(858.515)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Intangível	(4.337)
Imobilizado de uso	160
Depreciações e Amortizações	4.009
Atividades de investimento	(168)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Aumento de Capital	1.778.550
Dividendos pagos	(705.405)
Atividades de financiamento	1.073.145
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	214.460
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	798.498
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	1.012.958
Variação do caixa e equivalente no semestre	214.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO JOHN DEERE S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para o semestre findo em 30 de junho de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco John Deere S.A. (Banco ou Instituição) é um Banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento. Sua sede é na Rodovia Engenheiro Ermênio Oliveira Penteado, s/n, km 57,5, Indaiatuba - SP.

As operações de crédito do Banco referem-se, basicamente, a financiamentos destinados a agricultores e empresas agrícolas, construtores e empresas de construção, concessionárias e distribuidores da John Deere Brasil Ltda visando ao fomento da venda de máquinas, equipamentos, peças e serviços da marca John Deere.

Em fevereiro de 2025, foi concluída a transação que resultou na aquisição de 50% do capital social do Banco John Deere S.A. pelo Banco Bradesco S.A., por meio de sua subsidiária Kartra Participações Ltda. A parceria estratégica, anunciada originalmente em agosto de 2024, teve como objetivo ampliar a oferta de soluções financeiras no setor do agronegócio e construção, fortalecendo a atuação conjunta das instituições nesses segmentos.

O Banco John Deere S.A. manterá sua marca e autonomia operacional, permanecendo focado no financiamento de equipamentos, peças e serviços da marca John Deere. A aliança visa oferecer condições mais competitivas de crédito aos clientes finais, concessionários e distribuidores, promovendo o crescimento sustentável do setor agrícola no Brasil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente no 1º semestre de 2025.

A Instituição optou pela isenção facultada pelo Art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, não re-presentando informações comparativas de períodos anteriores nas demonstrações financeiras individuais referentes ao primeiro semestre de 2025. Essa opção decorre das alterações nos critérios de classificação, mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas, conforme estabelecido pela referida norma. Os efeitos da adoção inicial foram reconhecidos diretamente em lucros ou prejuízos acumulados, líquidos dos efeitos tributários, conforme previsto na regulamentação vigente.

Em 02 de setembro de 2025 a Diretoria do Banco autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

3. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros:

Instrumento Financeiros:

Instruções Normativas nº 426/23 e 433/23 – Com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, definem as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Lei nº 14.467/22 – com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Resolução BCB nº 352/23 – revoga a Resolução BCB nº 309/23 e tem início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Resolução CMN nº 4.966/21 – Estabelece procedimentos contábeis a serem observados na classificação, reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros pelas instituições financeiras. Os impactos decorrentes da adoção estão demonstrados nos saldos de 2025.

Resoluções CMN nº 5.100/2023 e 5.146/2024 – Alteram dispositivos da Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelecendo novos critérios para contratos renegociados e a vigência para os requisitos aplicáveis à contabilidade de hedge para 1º de janeiro de 2027.

i. Classificação de risco no exercício social anterior e a sua nova classificação, conforme regulamentação vigente:

As diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/2021 foram reconhecidas no Patrimônio Líquido em "Lucros Acumulados" e "Outros Resultados Abrangentes" em 01 de janeiro de 2025. Dessa forma, as alterações das práticas contábeis foram aplicadas prospectivamente.

Os efeitos da adoção inicial estão demonstrados a seguir:

Resolução CMN nº 4.966/2021

Altera a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, além de introduzir o modelo de perda esperada.

(i) Classificação de Instrumentos Financeiros

A classificação passou a ser baseada no modelo de negócios da entidade e nas características dos fluxos de caixa do instrumento financeiro.

(ii) Provisão para Perdas Esperadas

As perdas esperadas foram calculadas em três estágios, com pisos mínimos definidos pelo Banco Central.

(iii) Stop Accrual

Reconhecimento dos efeitos de juros em operações com atraso entre 60 e 90 dias.

(iv) Reestruturação

O valor contábil bruto do ativo reestruturado foi reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontadas pela taxa de juros efetiva originalmente contratada.

Segue o quadro abaixo demonstrando as estimativas de impactos no Patrimônio Líquido:

Conciliação do Patrimônio Líquido – Em Milhares de R\$	
Patrimônio líquido antes dos ajustes estimados provenientes da adoção da Resolução CMN nº 4.966 - 31/12/2024	2.492.375
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	298.967
Receita decorrente da alteração do prazo efeito de stop accrual ⁽¹⁾	-
Patrimônio líquido após ajustes da Resolução CMN nº 4.966 - 01/01/2025	2.791.342

1. Para o reconhecimento das receitas decorrentes da alteração do prazo de stop accrual em 01/01/2025, o Banco John Deere decidiu não as reconhecer devido à sua imaterialidade.

Provisão para Perdas – Em Milhares de R\$	
Saldo da provisão - Operações de Crédito em 31/12/2024	1.023.700
Saldo inicial de provisão para perda esperada - 01/01/2025	480.123
Efeito da adoção inicial Res. CMN nº 4.966	543.577
Efeito no Patrimônio Líquido relativo a Impostos Diferidos (45%)	244.610
Ajuste Total no Patrimônio Líquido	298.967

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que constituem a moeda funcional do Banco

4.2. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

4.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez com vencimento na data da aplicação menores do que 90 dias. As aplicações financeiras possuem o objetivo de atender compromissos de curto prazo.

4.4. Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Banco são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão, quando aplicável. A classificação subsequente é realizada com base no modelo de negócios e nas características dos fluxos de caixa contratados.

a) Operações de Crédito

As operações de crédito são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas “*pro rata temporis*” até a data do balanço. As receitas relativas a operações que apresentam atraso igual ou superior a 89 dias são reconhecidas no resultado somente quando efetivamente recebidas.

b) Renegociadas e Reestruturadas

As operações de crédito que apresentam sinais de deterioração na capacidade de pagamento dos clientes podem ser objeto de renegociação ou reestruturação. Essas operações são avaliadas individualmente e, quando aplicável, reclassificadas para estágio de risco compatível com sua nova condição.

A renegociação pode envolver alteração nos prazos, taxas de juros, garantias ou outras condições contratuais. Após a reestruturação, a operação continua sendo mensurada ao custo amortizado, com base na nova taxa efetiva de juros calculada a partir dos fluxos de caixa futuros revisados.

Essas operações são monitoradas separadamente, com critérios específicos para constituição de provisão, considerando o histórico de inadimplência e a efetividade das renegociações realizadas.

4.5. Instrumentos Financeiros

Os fluxos de caixa contratuais das operações de crédito e investimento do Banco John Deere são baseados exclusivamente no pagamento de principal e juros (SPPJ), conforme definido pela Resolução BCB nº 352/2023, caracterizando um acordo de empréstimo básico. Utilizando o teste de Somente Pagamento de Principal e Juros (SPPJ), os instrumentos financeiros foram classificados ao custo amortizado, conforme definido pela Resolução CMN nº 4.966/2021.

Para os passivos financeiros/captações qualificam-se dentro do custo amortizado do passivo financeiro as comissões e deságio de operações de Letras Financeiras e LCAs cujo fato gerador seja no registro/originação do contrato de captação.

- Modelo de negócio: configura a maneira pela qual a Organização administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais

e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR. –

- **Teste SPPJ:** O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado -** Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis. Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo no balanço, sendo os custos de transação e as respectivas modificações subsequentes reconhecidas imediatamente no resultado. Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em “Ganhos /(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”.

- **Custo Amortizado -** valor pelo qual o ativo financeiro foi reconhecido inicialmente, acrescido do valor das receitas geradas e deduzido do valor das despesas eventualmente incorridas, das parcelas recebidas e do saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Custo amortizado de passivo financeiro: valor pelo qual o passivo financeiro foi reconhecido inicialmente, acrescido do valor dos encargos incorridos e deduzido do valor das receitas eventualmente geradas e das parcelas pagas;

No modelo de negócio estabelecido pelo Banco e considerando a natureza das

operações, juntamente com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, os custos e receitas que contemplam o custo amortizado dos ativos financeiros são o flat e o subsídio ambos se tratando de receitas de equalização de taxa, bem como eventuais receitas no modelo de tarifa cujo cálculo e cobrança aconteçam concomitantemente a originação do contrato. Para os passivos financeiros/captações qualificam-se dentro do custo amortizado do passivo financeiro as comissões e deságio de operações de Letras Financeiras e LCAs cujo fato gerador seja no registro/originação do contrato de captação.

Como metodologia de apuração da taxa efetiva de juros o Banco John Deere adota a metodologia diferenciada proporcional para Operações de Crédito e metodologia padrão/completa para os demais ativos e passivos financeiros.

- **Baixa do Ativo Financeiro:** No modelo de negócio estabelecido pelo Banco ficou definido que a baixa de um instrumento financeiro ocorrerá quando a operação atingir 100% (cem por cento) de provisão de acordo com o Anexo I da Resolução nº 352, salvo exceções previamente aprovadas em que os esforços de cobrança não tenham sido esgotados, ou que ainda seja provável que o Banco recupere o seu valor.

Para instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- **Nível 1**

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

- **Nível 2**

Dados observáveis, que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados, por dados

observáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

- Nível 3

Dados não observáveis, que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria, geralmente, inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos. O principal dado não observável utilizado na determinação do valor justo são os spreads de crédito que variam entre 3% e 20%.

A marcação a valor justo dos títulos os quais não apresentam fonte pública, consistente e regular de divulgação, a Instituição utiliza os modelos definidos pela CMM (Comissão de Marcação a Mercado) e disponibilizado através do manual de marcação a mercado para cada modalidade de título. Por meio de métodos e modelos matemáticos financeiros, os quais capturaram os efeitos e variações nos preços dos ativos objetos da marcação ao valor justo ou de similares.

Em 30 de junho de 2025, todos os instrumentos financeiros ativos e passivos da Instituição estão classificados como "Nível 1".

4.6. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas é constituída em seu reconhecimento inicial com base no estágio de risco de crédito do instrumento financeiro, como despesa do período e em contrapartida à adequada conta do ativo para ativos financeiros ou do passivo para garantias financeiras, compromissos de crédito, e créditos a liberar.

A provisão é constituída sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros, o qual inclui a apropriação de juros e encargos (accrual) pela taxa efetiva de juros até o momento que se torne um ativo com problemas de recuperação de crédito.

A provisão para perda é revista mensalmente, sempre que há alteração na estimativa da perda esperada ou no estágio do instrumento.

Alocação em estágios

a) No primeiro estágio estão os instrumentos que no momento inicial não sejam caracterizados como instrumentos com problema de recuperação de crédito, os ativos financeiros com atraso até 30 dias e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial. A perda de crédito esperada no estágio 1 será aplicada para aqueles ativos do Banco que não tenham apresentado aumento significativo de risco, na qual deverá ser estimada a perda de crédito esperada referente aos próximos 12 meses;

b) No segundo estágio serão classificados os ativos financeiros na qual:

- O risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial no primeiro estágio;
- Os instrumentos financeiros que deixarem de ser caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito;
- As operações com atraso de 31 até 90 dias.

Para a perda de crédito esperada no estágio 2, o Banco baseou-se nos ativos que tenham aumento significativo no risco em se tornar um ativo problemático em que a perda esperada deve ser calculada para todo o prazo do ativo (Lifetime);

c) No terceiro estágio o Banco classifica os instrumentos financeiros com atraso superior a 90 dias, ou conforme definições abaixo:

- Ativos financeiros definidos como Ativo Problemático;
- Ativo financeiro reestruturado e renegociado anteriormente classificado como Ativo Problemático;
- Ativos de crédito anteriormente levados a prejuízo e que retornam para a carteira como terceiro estágio até o fim do contrato;
- Ativos de créditos que foram arrastados para o terceiro estágio;

4.7. Projeção de resultados para a realização de ativos fiscais diferidos

As realizações de créditos tributários estão suportadas pelo plano de capital do Ban-

co, devidamente aprovadas pelos órgãos de governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros

4.8. Imobilizado de uso e intangível

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação/amortização acumulada e, ajustados por redução ao valor recuperável (*"impairment"*), quando aplicável. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, estimada em: móveis, utensílios, máquinas e equipamentos de uso – 10% e para veículos e sistema de processamento de dados – 20%.

4.9. Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao pronunciamento técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (*"impairment"*) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por (*"impairment"*), quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Os ativos não financeiros mantidos para venda são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens. O Banco detém bens, tanto móveis quanto imóveis, recebidos em dação em pagamento, os quais são, inicialmente, mensurados pelo valor justo.

4.10. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas “*pro rata temporis*” até a data do balanço.

O Banco reclassifica, quando aplicável, os saldos credores apresentados por contas de natureza devedora, decorrentes do registro de variação cambial incidente sobre operações passivas de repasses externos, para a rubrica “Outras rendas operacionais” no resultado.

4.11. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A provisão para o IRPJ é registrada com base no regime de competência, calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro real anual que exceder R\$ 240 mil. A provisão para CSLL é registrada à alíquota de 20%, conforme a legislação vigente.

Além dos passivos fiscais, o Banco reconhece ativos fiscais correntes e diferidos, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020.

Os ativos fiscais correntes incluem valores de tributos recuperáveis em períodos futuros e tributos pagos que excedam o valor devido no período, desde que haja direito legal à compensação ou restituição.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando há expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros que permitam sua realização no prazo máximo de dez anos. Essa expectativa deve ser demonstrada por meio de estudo técnico, aprovado pelos órgãos de administração e revisado anualmente. O reconhecimento também exige histórico de lucros tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais, salvo exceções previstas pela regulamentação.

4.12. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

Provisões para riscos - são avaliadas por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas. Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados os classificados como perda remota.

4.13. Participação dos empregados

A participação dos empregados no resultado é calculada seguindo critérios acordados com o sindicato dos bancários (PPR) e/ou de acordo com as políticas internas globais de remuneração variável, sendo paga anualmente.

4.14. Benefícios a empregados

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Os benefícios pós-emprego relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/15 com vigência a partir de 01.01.2016. Com a adoção desse pronunciamento, os ganhos e as perdas atuariais passaram a ser reconhecidos integralmente como ativo ou passivo atuarial, tendo como contrapartida o patrimônio líquido (ajustes de avaliação patrimonial), líquido dos efeitos tributários. Os ganhos ou perdas decorrentes de mensurações atuariais do valor líquido de passivo ou ativo de planos de benefício definido, são registrados no patrimônio líquido, sem efeitos sobre o resultado anualmente.

4.15. Estimativas Contábeis

As demonstrações financeiras do Banco são elaboradas com base em políticas contábeis que requerem a utilização de premissas, estimativas e julgamentos pela Ad-

ministração. Tais estimativas são fundamentadas em informações disponíveis, experiência histórica e outros fatores relevantes, sendo continuamente revisadas com base em novas evidências ou alterações no ambiente econômico. As revisões são realizadas, no mínimo, ao final de cada exercício social, podendo ocorrer com maior frequência quando necessário.

As principais áreas que exigem o uso de estimativas contábeis incluem:

a) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito – calculada com base em modelos estatísticos, dados históricos e projeções de inadimplência.

b) Realização de Créditos tributários – reconhecidos com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, conforme critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020.

c) Provisões para passivos contingentes – determinadas com base na avaliação da probabilidade de perda e estimativa de valor, conforme pareceres jurídicos e técnicos.

d) Benefícios pós-emprego – Plano de saúde – mensurados com base em cálculos atuariais que consideram premissas como longevidade, custos médicos futuros e taxas de desconto.

Os valores finais de liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem divergir dos valores registrados com base nas estimativas, refletindo a natureza incerta e dinâmica dos eventos futuros.

4.16. Resultados recorrentes e não-recorrentes

De acordo com a resolução BCB nº2 art. 34 é requerida a abertura de resultado recorrente e não recorrente. Para fins dessa demonstração financeira e conforme definição do BACEN considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do banco e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Como política interna, o Banco estabelece uma análise no menor nível de conta contábil para identificação de efeitos no resultado que contenham as características anteriormente mencionadas. Quando identificado tais eventos eles são considerados como não recorrentes. Quanto a mensuração, o valor considerado como não recorrente é o efeito no resultado na data original do seu lançamento.

No semestre findo em 30 de junho de 2025 não foram reconhecidos itens não recorrentes no período.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Disponibilidades

	<u>30.06.2025</u>
	<u>Saldo</u>
Disponibilidade	1.064
Total das disponibilidades	<u>1.064</u>

b) Relações Interfinanceiras

	<u>30.06.2025</u>
	<u>Saldo</u>
Depósitos no Banco Central	956.467
Correspondentes no País	55.427
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>1.011.894</u>

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito referem-se, basicamente, a financiamentos a agricultores e empresas agrícolas, construtores e empresas de construção, concessionárias e distribuidores da Controladora para compra de máquinas, equipamentos, peças e serviços da marca John Deere.

A posição da carteira de crédito está composta também, por financiamentos e valores a receber de devedores por compra de BNDU.

a) Portfolio da carteira de crédito.

	<u>30.06.2025</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>
<u>Retail</u>	<u>13.316.913</u>	<u>86,67%</u>
Pessoa Física	10.308.465	67,09%
Agropecuário	10.080.932	65,61%
Construção	227.533	1,48%
Pessoa Jurídica	3.008.448	19,58%
Agropecuário	1.538.726	10,01%
Construção	1.469.722	9,57%
<u>Wholesale</u>	<u>2.047.395</u>	<u>13,33%</u>
Pessoa Jurídica	2.047.395	13,33%
Agropecuário	1.355.520	8,82%
Construção	691.875	4,50%
Total da Carteira	<u>15.364.308</u>	<u>100%</u>

b) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	30.06.2025
	Saldo
Saldo em 01/01/2025	479.256
Constituição	327.129
Reversão	(50.016)
Saldo em 30/06/2025	756.369

c) Carteira de crédito e perdas por estágio

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do Crédito	Perda Esperada	Valor do Crédito	Perda Esperada	Valor do Crédito	Perda Esperada	Valor do Crédito	Perda Esperada
30.06.2025								
Operações de crédito								
Empréstimos	(49.635)	124	(22.413)	394	-	-	(72.048)	518
Financiamentos	(3.153.893)	34.012	(100.941)	34.699	(271.143)	136.746	(3.525.977)	205.457
Financiamentos rurais	(9.542.702)	35.438	(1.113.095)	137.649	(1.029.906)	377.112	(11.685.703)	550.199
Total das Operações de crédito	(12.746.230)	69.573	(1.236.449)	172.742	(1.301.049)	513.859	(15.283.728)	756.174
Outros créditos com características de concessão de crédito								
Cédula de produtor rural financeira (CPR-F)	(80.580)	195	-	-	-	-	(80.580)	195
Total de Outros Créditos	(80.580)	195	-	-	-	-	(80.580)	195
Total da carteira de crédito	(12.826.810)	69.769	(1.236.449)	172.742	(1.301.049)	513.859	(15.364.308)	756.369

d) Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Movimentação	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Originados / Liquidados	(Write-off)	Saldo em 30 de junho de 2025
Empréstimos	292	226	-	518
Financiamentos	145.894	59.563	-	205.457
Financiamentos rurais	333.070	217.129	-	550.199
Cédula de produtor rural financeira (CPR-F)	-	195	-	195
Total	479.256	277.113	-	756.369

e) Reestruturação e Reestruturções

	R\$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	1.882.454
Renegociação e Reestruturação de Operações de Crédito (1)	1.993.627
Liquidação de contratos renegociados por meio da formalização de novas operações	(176.584)
Baixa contábil de ativos renegociados decorrente de liquidação contratual	(1.735.600)
Write-off de ativos renegociados por liquidação contratual	-
Saldo final em 30 de junho de 2025	1.963.897
Provisão para perdas esperadas com base na capacidade de recuperação dos ativos de crédito	(126.729)
Montante total das operações de crédito renegociadas e reestruturadas, deduzido da estimativa de perda esperada.	1.837.169

(1) Em conformidade com o disposto no Art. 71-A da Resolução CMN nº 5.146/2024, a instituição optou por utilizar, até 31 de dezembro de 2026, a taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, conforme previsto no Art. 22 da Resolução nº 4.966/2021. Essa decisão visa refletir com maior precisão a nova realidade econômica das operações renegociadas, promovendo alinhamento entre os fluxos financeiros esperados e as condições efetivamente pactuadas com os clientes.

7. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	30.06.2025
	Saldo
Valores a receber partes ligadas	16.452
Fiscais e Tributários	12.087
Ativos não financeiros mantidos para venda – Recebidos	4.202
Adiantamento Folha de Pagamento	1.336
Outros	1.050
Despesas antecipadas	902
Adiantamento Fornecedores	562
Total	36.591

8. ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A) IMOBILIZADO DE USO

Composição por classe de imobilizado de uso	Taxas de amortização anual	Custo	Depreciação acumulada	Custo Líquido de Depreciação
Moveis e Equipamentos de Uso	10%	364	(174)	190
Sistemas de comunicação	10% a 20%	302	(259)	44
Sistema de Processamento de Dados	20% a 40%	8.816	(4.837)	3.978
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	4%	1.488	(240)	1.249
Imobilizado em curso		505	-	505
Saldo em 30 de junho de 2025		11.475	(5.510)	5.965

B) MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

	Moveis e Equipamentos de Uso	Sistemas de comunicação	Sistema de Processamento de Dados	Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	Imobilizado em curso	Total
Saldo inicial	209	55	4.443	1.278	574	6.560
Adições/Baixas	-	-	(101)	-	(70)	(171)
Depreciação	(19)	(12)	(364)	(30)	-	(424)
Saldo em 30 de junho de 2025	190	43	3.978	1.249	505	5.965

C) INTANGÍVEL

Composição por classe do intangível	Taxas de amortização anual	Custo	Amortização acumulada	Custo Líquido de Depreciação
Software	20%	15.698	(15.216)	482
Sistema de Processamento de Dados - Gerados Internamente	20%	46.022	(13.636)	32.386
Intangíveis em curso		229	-	229
Sistema de Processamento de Dados - Gerados Internamente (Em curso)		1.565	-	1.565
Saldo em 30 de junho de 2025		63.514	(28.852)	34.662

D) MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL

	Software	Sistema de Processamento de Dados - Gerados Internamente	Intangíveis em curso	Sistema de Processamento de Dados - Gerados Internamente (Em curso)	Total
Saldo inicial	115	21.176	586	12.021	33.898
Adições/(Baixas)	413	14.738	(357)	(10.456)	4.338
Amortização	(46)	(3.529)	-	-	(3.574)
Saldo em 30 de junho de 2025	482	32.386	229	1.565	34.662

9. DEPÓSITOS

	Depósitos à vista
	30.06.2025
Vencimento	
Sem vencimento	45.195
Total	45.195

1. Depósitos à Vista: Operações não indexadas.

10. INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO

A) RESUMO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	30.06.2025
	Saldo
Letras Financeiras	1.142.320
Letras de crédito - LCA	1.560.696
Total	2.703.016

B) SEGREGAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO

	30.06.2025			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Letras Financeiras	183.143	716.244	242.933	1.142.320
Letras de crédito - LCA	90.270	278.734	1.191.692	1.560.696
Total	273.413	994.978	1.434.625	2.703.016

No semestre findo 30 de junho de 2025, as despesas com captações de letras financeiras no mercado foram de R\$ 108.842, as despesas com captações de letras de crédito do agronegócio foram de R\$ 78.057 e outras despesas de captação foi de R\$ 13.398

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	30.06.2025			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<u>Repasses do país – Instituições Oficiais</u>				
FINAME/BNDES	610.351	2.702.729	-	3.313.080
FINAME USD	204.814	2.419.273	39.465	2.663.551
FNO	-	1.931	-	1.931
Obrigações por Repasses do Exterior	131.198	210.988	2.464.824	2.807.009
Total	946.362	5.334.921	2.504.289	8.785.571

No semestre findo 30 de junho de 2025, as despesas com BNDES/FINAME foram de R\$ 248.465 e de empréstimos R\$ 109.356

12. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

Os saldos de provisões para riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais constituídos com probabilidade de perda e as respectivas movimentações para o semestre findo em 30 de junho de 2025 estão apresentados a seguir:

	31.12.2024			30.06.2025
	Saldo Inicial	Constituição	Reversão	Saldo Final
Cíveis	4.465	63	(3.278)	1.250
Trabalhistas	-	595	(595)	-
Total	4.465	658	(3.873)	1.250

Em 30 de junho de 2025 não existiam ações avaliadas como risco de perda possível, tais como nenhum processo de polo passivo no âmbito fiscal/tributário.

Ações Cíveis

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a desacerto comercial, alegação de defeito no bem financiado, alegação de prejuízo decorrente de produtos e serviços oferecidos ou não pelo Banco John Deere.

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Resumo das Obrigações

		30.06.2025
		Saldo
Receitas Diferidas a apropriar	(1)	61.545
Cobrança	(1)	50.346
Provisões de folha de pagamento	(1)	20.049
Fornecedores a pagar	(1)	13.226
Renegociações		4.976
Perda Passiva Esperada		877
Total		151.019

(1) Refere-se substancialmente, a valores a liquidar em datas próximas.

Receitas a diferir R\$ 14.528 em 2025 / R\$ 23.392 em 2026 / R\$ 14.692 em 2027 / R\$ 8.933 de 2028 a 2030

b) Receitas Diferidas a apropriar

		30.06.2025
Rendas Antecipadas		
AG RECURSO PROPRIO TES ²		21.209
CS RECURSO PROPRIOS ²		12.960
AG FINAME ¹		9.486
AG RECURSO PROPRIOS ²		7.661
CS FINAME ¹		4.263
AG EXTERNOS ³		2.839
FL RECURSO PROPRIOS ²		1.973
CS RECURSO PROPRIOS (WIRTGEN/CIBER) ²		746
AG RECURSO PROPRIOS (PLA) ²		409
Total		61.545

1) Recursos BNDES: O Banco utiliza as linhas de recursos ofertadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES/FINAME)

2) Recursos próprios (R\$): Financiamento é realizado por meio dos recursos do Banco John Deere, em moeda nacional (reais).

3) Repasses Externos (USD): Financiamento é realizado por meio dos recursos do Banco, em moeda estrangeira (dólar).

Os saldos referem-se a receitas diferidas a apropriar, referentes a rendas antecipadas de financiamentos concedidos por diferentes linhas de recursos, discriminados por divisão de equipamentos. Para fins de entendimento, as siglas que identificam as divisões são as seguintes:

a) AG - equipamentos de divisão Agrícola

b) CS - equipamentos de divisão Construção

c) FL - equipamentos de divisão Florestal

14. TRIBUTOS

a) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL):

	30.06.2025
	Saldo
Resultado antes do imposto e renda e contribuição social, líquido da participação estatutária	124.946
Imposto de renda à alíquota de 15%	(18.742)
Imposto de renda à alíquota de 10%, sobre adicional	(12.483)
Contribuição social à alíquota de 20%	(24.989)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(56.214)
Incentivos Fiscais	38
Diferenças permanentes	(5.690)
Outros	(7.034)
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado	(68.900)

b) Ativos Fiscais Diferidos

I) Origem dos créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos:

	30.06.2025		
	IRPJ	CSLL	TOTAL
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	183.124	146.565	329.688
Créditos Baixados para Perda Não Dedutíveis	1.778	1.422	3.200
Rendas Antecipadas	15.386	12.309	27.695
Benefícios Pós-Emprego	1.168	934	2.102
Outros	2.153	1.722	3.875
Total	203.609	162.952	366.561

II) Movimentação dos Ativos fiscais diferidos

Descrição	Saldo Inicial	Constituição	Realização	Saldo Final
	01.01.2025			30.06.2025
CPLP Provisão	479.256	1.331.060	(598.239)	732.820
Operações em Prejuízo	11.902	9.333	(14.124)	7.111
Provisões Passivas	5.883	2.453	(4.461)	3.875
Rendas Antecipadas	78.315	-	(16.770)	61.545
Juros Títulos Vencidos	5.012	1.504	(1.959)	4.557
Passivo Atuarial	4.389	282	-	4.671
Total	584.757	1.344.632	(635.554)	814.579
Imposto	263.141	605.084	(285.999)	366.561

III) Previsão de realização dos créditos tributários

Os créditos são registrados por seus valores nominais, sendo que, sua realização em períodos futuros é diretamente relacionada à consequente realização das diferenças temporárias que impactaram apuração dos tributos sobre o lucro.

Ao passo que esse ativo é realizado, teremos o correspondente impacto na apuração do IRPJ e CSLL nos períodos subsequentes, observada a redução dos valores a serem recolhidos. Demonstramos a seguir, a projeção da expectativa de realização desse ativo anualmente.

	30.06.2025
	Saldo
2025	163.910
2026	77.740
2027	57.251
2028	35.767
2029	29.841
Até 2030	2.052
	366.561

O valor presente do crédito tributário em 30.06.2025 é de R\$ 309.928, calculado com base na taxa média de captação de 11,01 % ao ano.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2025, o capital social estava representado por 3.200.000.000 de ações no valor nominal de R\$1,00 cada uma. As ações estão distribuídas igualmente entre as duas investidoras John Deere Holding Financeira Ltda. e Kartra Participações Ltda, as quais possuem a totalidade das cotas do capital social do Banco.

Em assembleia realizada em 10 de fevereiro de 2025, foram emitidas 178.550.000 novas ações, com o aumento ora aprovado, o capital social da Instituição passa de R\$1.421.450.000,00 (um bilhão, quatrocentos e vinte um milhões e quatrocentos e cinquenta mil reais), dividido em 1.421.450.000 (um bilhão, quatrocentos e vinte e um milhões e quatrocentas e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, para R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), dividido em 1.600.000.000 (um bilhão e seiscentos milhões) ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada;



Também definido na assembleia o segundo aumento ora aprovado, o capital social do Banco passa de R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), dividido em 1.600.000.000 (um bilhão e seiscentos milhões) ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, para R\$3.200.000.000,00 (três bilhões e duzentos milhões de reais), dividido em 3.200.000.000 (três bilhões e duzentos milhões) ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada;

b) Reserva de lucros

Em assembleia realizada em 10 de fevereiro de 2025, a emissão de 1.600.000.000 (um bilhão e seiscentos milhões) novas ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, ao preço de emissão total de R\$2.100.000.000,00 (dois bilhões e cem milhões de reais), resultando em um preço de emissão médio unitário (arredondado até a casa do centavo de real) de R\$1,31 (um real e trinta e um centavos), preço este fixado em observância do disposto no § 1º do artigo 170 da Lei das S.A., sendo destinados (a) R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais) para a conta de capital social; e (b) R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para a reserva de capital, na forma do §1º, "a", do artigo 182 da Lei das S.A.;

c) Distribuição de Dividendos

Conforme assembleia realizada em 07 de fevereiro de 2025, foi deliberada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 705.404.823,79 (setecentos e cinco milhões, quatrocentos e quatro mil, oitocentos e vinte e três reais e setenta e nove centavos), à conta de "Reserva de Lucros" existente no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2024, nos termos do artigo 204, caput e §2º, da Lei das S.A. e do artigo 22 do estatuto social do Banco. Adicionalmente, o valor de R\$ 13.422.758,04 (treze milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e oito e quatro centavos) está em deliberação para pagamento no exercício de 2025.

d) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução BCB nº 2/20. O Lucro por ação está apresentado nas "Demonstrações de Resultado" do semestre.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Partes Relacionadas:

Com a aquisição de 50% do capital social do Banco John Deere S.A. pela subsidiária do Banco Bradesco S.A., e instituição da joint venture, o Banco John Deere S.A. atuando com sua própria autonomia não segue com uma controladora e mantém transações com partes relacionadas, tanto com o grupo econômico das entidades da John Deere Brasil, quanto do Banco Bradesco S.A.

	<u>30.06.2025</u>
Ativo	
Valores a Receber	
John Deere Brasil Ltda. ¹	16.452
Passivo	
Depósitos à vista	
John Deere Brasil Ltda. ¹	2.366
Obrigações por repasses do exterior	
John Deere Capital Corporation. ²	2.807.009
Valores a pagar	
John Deere Brasil Ltda. ¹	44.629
Receitas de Intermediação Financeira	
Banco Bradesco. ³	6.204
Receitas subsidiadas	
John Deere Brasil Ltda. ¹	93.370
Despesas de Intermediação Financeira	
Banco Bradesco. ³	275

¹ John Deere Brasil Ltda. São as empresas ligadas do grupo no Brasil

² John Deere Capital Corporation, transações de captação externa

³ Banco Bradesco, operações de captações.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração:

O pessoal-chave da Administração são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades do Banco. A divulgação a seguir refere-se a despesa com a remuneração dos Diretores do Banco durante o semestre findo em 30 de junho de 2025.

	<u>30.06.2025</u>
	<u>Saldo</u>
Benefícios de curto prazo a administradores	1.599
Outros benefícios de longo prazo	48
Total	<u>1.647</u>

(1) Plano de benefício definido cuja intenção de resgate é de longo prazo.

17. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

		<u>30.06.2025</u>
Outras Receitas Operacionais	(1)	7.845
Receitas de Prestação de Serviços	(2)	1.543
Rendas de Tarifas Bancárias		170
Total		<u>9.558</u>

1. Referem-se a recuperação de Contingências judiciais.

2. Referem-se principalmente aos serviços prestados na concessão de crédito para operações de financiamento aos fabricantes da marca John Deere, concessionárias e distribuidores.

18. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

		<u>30.06.2025</u>
VSR		(1.388)
Baixa Intangível		(803)
Deságio Títulos		(371)
Provisão Contingência		(49)
Outras despesas Operacionais		(21)
Total		<u>(2.631)</u>

VSR - Meio de liquidação utilizado em situações em que há valores residuais não cobrados do cliente, como diferenças contratuais ou ajustes internos que resultam em baixa sem recebimento.

19. DESPESAS DE PESSOAL

		<u>30.06.2025</u>
Proventos/Encargos		(19.593)
PLR		(5.713)
Benefícios		(4.294)
Previdência Privada		(712)
Trabalhistas		(595)
Total		<u>(30.907)</u>

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Plano de contribuição definida

O Banco aderiu ao Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada John Deere Prev, junto ao Bradesco Multipensions, que tem por finalidade básica a concessão de benefício a seus empregados de um complemento de aposentadoria, sendo esta através de um plano de contribuição definida. Não existe nenhuma obrigação atuarial oriunda desse plano que requeira reconhecimento contábil. As despesas de contribuição do Banco referentes ao semestre totalizaram R\$ 1.269.

b) Plano de saúde

O Banco oferece aos seus empregados aposentados, a exemplo dos empregados ativos, planos de benefícios com ressarcimento parcial de despesas médicas. Com base nas características do benefício pós-emprego, foi efetuado pelo atuário independente o cálculo das obrigações do Banco relativo a esse benefício pós-emprego, gerando resultado conforme o seguinte demonstrativo:

	<u>30.06.2025</u>
Passivo/ (Ativo) atuarial início do exercício	4.389
Custo dos serviços correntes	23
Juros sobre obrigações atuariais	259
Saldo do Passivo no final do semestre	<u>4.671</u>

As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial são:

	<u>30.06.2025</u>
Taxa de desconto atuarial - taxa real	7,47%
Taxa de desconto atuarial - taxa nominal	12,04%
Inflação projetada	4,25%
Aumento por idade (“aging fator”)	3,00%
Tábua de mortalidade geral: AT-2000	
Hipótese de rotatividade: $[(2,00/\text{idade do participante}) - 0,04] + 0,05$.	
A partir de 50 anos de idade, as taxas são nulas.	

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>30.06.2025</u>
Despesas Tributárias	(19.730)
Honorários	(6.749)
Serviços TI	(6.596)
Depreciação e Amortização	(4.267)
Outras Desp. Administrativas	(1.989)
Serviços do Sistema Financeiro	(1.391)
Consultoria	(1.038)
Aluguéis	(962)
Viagens	(839)
Auditoria	(590)
Propaganda e Publicidade	(506)
Manutenção e Conserv. de Bens	(405)
Seguros	(245)
Proc. Dados/Arrend. Bens	(130)
Comunic./Correio/Postagem	(123)
Transportes	(83)
Total	<u>(45.643)</u>

Outras Despesas Administrativas referem-se a custos diversos utilizados pelas áreas para manter suas operações, sem classificação específica.

22. LIMITES OPERACIONAIS

A partir de fevereiro de 2025, o Banco Bradesco S.A. assumiu o controle prudencial do Banco John Deere S.A., que passou a integrar o Conglomerado Econômico-Financeiro do Bradesco. Com isso, o Banco John Deere S.A. passou a ter seus indicadores de capital incluídos, de forma consolidada, nos relatórios encaminhados ao Banco Central do Brasil (BACEN) pelo Bradesco.

23. GERENCIAMENTO DE RISCO E GESTÃO DE CAPITAL

Em conformidade com o disposto nas Resoluções CMN nº 4.553/17 e nº 4.557/17, o Banco John Deere mantém uma estrutura para gerenciamento de risco e capital compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos estabelecidos pela instituição. Esta estrutura é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil de riscos e à importância sistêmica da instituição, além de ser capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e do mercado de atuação.

- Risco de crédito: a gestão de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com a natureza do negócio. O modelo de negócio define os mercados de atuação, o qual é composto por financiamento de equipamentos, peças e serviços John Deere para clientes que tem sua atividade voltada aos mercados agrícola, construção civil e florestal, além dos concessionários e distribuidores John Deere. As políticas de crédito são definidas de acordo com as diretrizes globais da corporação, alinhadas aos objetivos de negócios e às práticas de mitigação de risco, e a política de gestão de risco de crédito define as principais ferramentas que são utilizadas para sua gestão.
- Risco de mercado: o monitoramento do risco de mercado é realizado por meio do *VaR* – “*Value at Risk*”, *Backtesting*, Teste de Estresse, Teste de Aderência e Limites Prudenciais. De acordo com a Circular nº 3.876 o Banco John Deere considera os valores calculados para ΔEVE e ΔNII na apuração do valor de PR mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB). O VaR é utilizado apenas como uma métrica para análises gerenciais. As atividades relacionadas ao processo de mensuração, avaliação, análise e reporte dos riscos estão descritas na política de risco de mercado.
- Risco de liquidez: em consonância com a estratégia da instituição e considerando o atual modelo de negócios, o Banco John Deere utiliza como métrica a Análise de descasamentos (Gap), Limites de Risco de Liquidez e Análise de Sensibilidade para identificar fatores que possam comprometer a estabilidade financeira da instituição. Os princípios a serem utilizados no gerenciamento do risco de liquidez do Banco estão definidos na política de risco de liquidez.

- Risco operacional: a gestão do risco operacional ocorre de forma integrada com a execução de processos pelas áreas de negócio. São considerados eventos de risco operacional aqueles que se referem às falhas, às fraudes, às deficiências ou às inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Adicionalmente, é realizado anualmente a revisão do processo de “Autoavaliação de Riscos e Controles”.
- Gestão de capital: o gerenciamento de capital é realizado por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais o Banco está sujeito e de planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico. As atividades são realizadas conforme diretrizes definidas na política de gerenciamento de capital do Banco.
- Razão de alavancagem: conforme estabelecido na circular 3.748/15, a apuração da razão de alavancagem (RA) é dada pelo quociente do montante do Capital Nível I sobre a exposição total da instituição. O monitoramento do índice é realizado mensalmente.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, bem como os relatórios relacionados, podem ser consultados no endereço eletrônico www.johndeere.com.br/Banco, que não fazem parte dessas demonstrações financeiras.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a presente data, não foram identificados eventos subsequentes relevantes que demandem ajustes nos valores contábeis ou divulgação adicional nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025.

A DIRETORIA

Marcia Pediana Drescher
Contadora – CRC RS-061589/0



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco John Deere S.A.
Indaiatuba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco John Deere S.A. (“BJD” ou “Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Banco John Deere S.A. em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando

a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros
Conforme descrito nas notas explicativas nº 4.6 e 6 às demonstrações financeiras, o Banco John Deere S.A. possui o montante de R\$ 756.369 mil de provisão para perdas esperadas (PE) associadas ao risco de crédito de ativos financeiros em 30 de junho de 2025.

O Banco John Deere S.A. reconhece a perda esperada para a vida toda do contrato em todos os contratos que apresentaram um aumento significativo do risco de crédito (SICR – Significant Credit Risk) desde o seu reconhecimento inicial ou apresentaram inadimplência da contraparte (default) (estágio 2 e 3, respectivamente) e uma perda esperada para 12 meses a partir da data do balanço para todos os outros contratos (estágio 1). O Banco John Deere S.A. calcula a perda esperada em grupos homogêneos, por meio de modelos ou, para certas exposições significativas, com base em uma avaliação individual, estimando os fluxos de caixa futuros, considerando o valor das garantias relacionadas. Para calcular a perda esperada em grupos homogêneos, o Banco John Deere S.A. separa os contratos com base em características de risco de crédito comuns e usa estimativas de probabilidade de inadimplência (PD - Probability of Default), o percentual da perda financeira no momento que a operação entrou em inadimplência (LGD – Loss Given Default) e a exposição financeira no momento da inadimplência (EAD – Exposure at Default), bem como identifica variáveis macroeconômicas relevantes e estima o impacto das projeções das condições econômicas futuras. O Banco John Deere S.A. projeta múltiplos cenários econômicos para essas variáveis macroeconômicas e pondera cada cenário de acordo com a probabilidade designada a eles.

Identificamos a avaliação das provisões de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, como um principal assunto de auditoria, uma vez que a estimativa de perda esperada envolve incerteza significativa em sua mensuração, principalmente como resultado da complexidade dos modelos e subjetividade e precisão das premissas utilizadas. Dentre essas incertezas, estão: (i) as metodologias e premissas utilizadas para estimar as PDs, EADs e LGDs e a segmentação de contratos por características de risco de crédito comuns; (ii) os cenários macroeconômicos futuros e a respectiva ponderação de cada cenário de acordo com a probabilidade designada a eles; (iii) a identificação de aumento significativo de risco de crédito (estágio 2) e ativos problemáticos (estágio 3); e (iv) para a perda esperada avaliada individualmente, os fluxos de caixa futuros, considerando a avaliação das garantias relacionadas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Envolveamos profissionais com experiência e conhecimento especializados em risco de crédito que nos auxiliaram: (i) na avaliação qualitativa das metodologias de PE do Banco John Deere S.A. através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos; (ii) no teste da precisão das PDs, EADs e LGDs do Banco John Deere S.A., na identificação das variáveis macroeconômicas relevantes e na estimativa do impacto quantitativo dessas variáveis, inspecionando as documentações dos modelos para determinar se os modelos estão compatíveis com suas intenções de uso; (iii) na avaliação da definição de aumento significativo no risco de crédito do Banco John Deere S.A., analisando as métricas relevantes utilizadas pelo Banco John Deere S.A. e comparando-as com as práticas regulatórias e do setor aplicáveis; (iv) na verificação da precisão das estimativas de PDs, EADs e LGDs do Banco John Deere S.A. usando dados históricos e metodologias definidas pelo Banco John Deere S.A.; (v) na avaliação da base para a segregação de operações por características de risco de crédito comuns usadas na estimativa de PDs, EAD e LGD, observando correlações históricas; (vi) na avaliação da razoabilidade das variáveis macroeconômicas consideradas nos cenários futuros por meio de análise de regressão da correlação histórica dessas variáveis e risco de crédito e (vii) execução de análise quantitativa, aplicando os percentuais de impacto para cada cenário, os quais foram validados de forma independente.
- Comparamos os índices projetados pelo Banco John Deere S.A. nos cenários macroeconômicos futuros com projeções independentes de terceiros. Para uma seleção de contratos, avaliamos a PE calculada individualmente, avaliamos as premissas e inspecionamos a documentação relacionada utilizada pelo Banco John Deere S.A. para determinar os fluxos de caixa esperados, incluindo os de garantia.
- Para uma amostra, avaliamos a aderência às políticas internas sobre a identificação do aumento significativo de risco de crédito e a classificação dos instrumentos financeiros nos estágios 2 e 3.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a perda esperada de ativos financeiros, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler

o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 02 de setembro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-9

+

Banco John Deere
Mais força para você crescer.